

DESIGUALDADE DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO

Edmar Augusto Vieira¹

ET CAV/SP/SEPLAN nº 06/2013

INTRODUÇÃO

O projeto do novo Plano Nacional de Educação (PPNE), em tramitação no Congresso Nacional, pretende dobrar o atendimento da população de 18 a 24 anos no ensino superior, num prazo de 10 anos. Os dados oficiais indicam que o gargalo do acesso à educação superior está na população com renda *per capita* até um salário mínimo. Em Mato Grosso, metade da população de 18 a 24 anos pertence a esse estrato de renda, mas apenas 16% dos jovens atendidos na educação superior estão nesse estrato. Um dos desafios para democratizar o acesso ao ensino superior está na educação básica (qualidade e taxa de conclusão).

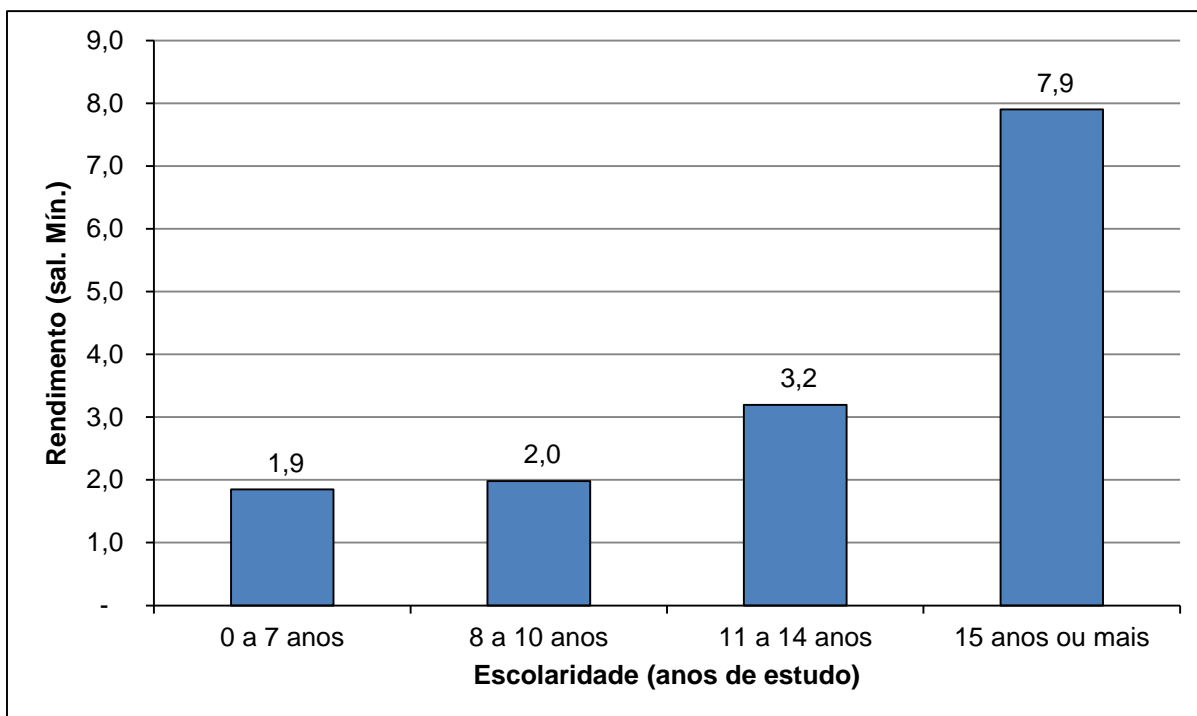
SITUAÇÃO ATUAL DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MATO GROSSO

O ensino superior é a etapa escolar que proporciona maior retorno econômico, pelo menos do ponto de vista individual, favorecendo largamente a ascensão social. Em Mato Grosso, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2008 - IBGE), o rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas vai de 1,5 salário mínimo² (SM) na população com menos de 1 ano de estudo, passando por 2,0 SM entre aqueles com o nível fundamental completo (8 a 10 anos de estudo) e chegando a 3,2 SM entre aqueles com escolarização básica completa (11 a 14 anos). Daí em diante o rendimento médio salta a 7,9 SM (R\$3.280,04) para aqueles com formação superior (15 anos ou mais anos de estudo), um acréscimo de 147,5% em relação os que possuem escolarização básica, ou de 298,0% em relação aos que possuem apenas o nível fundamental de ensino. Além de rendimentos mais elevados, a educação superior reduz o risco do desemprego. Segundo a Pnad de 2008 (tabulações especiais do autor), a taxa de desocupação na população com curso superior é de 2,3%, menos da metade dos 5,8% verificado no conjunto da população economicamente ativa (PEA).

¹ Mestre em Economia/UFMT e Gestor Governamental (SEPLAN/MT). Email: edmarvieira@seplan.mt.gov.br.

² O salário mínimo vigente em setembro de 2008 era de R\$415,00.

Figura 1 - Retornos econômicos da educação - Rendimento médio do trabalho das pessoas ocupadas, segundo os anos de estudo completos: Mato Grosso, 2008 (Em salário mínimo de set./2008)

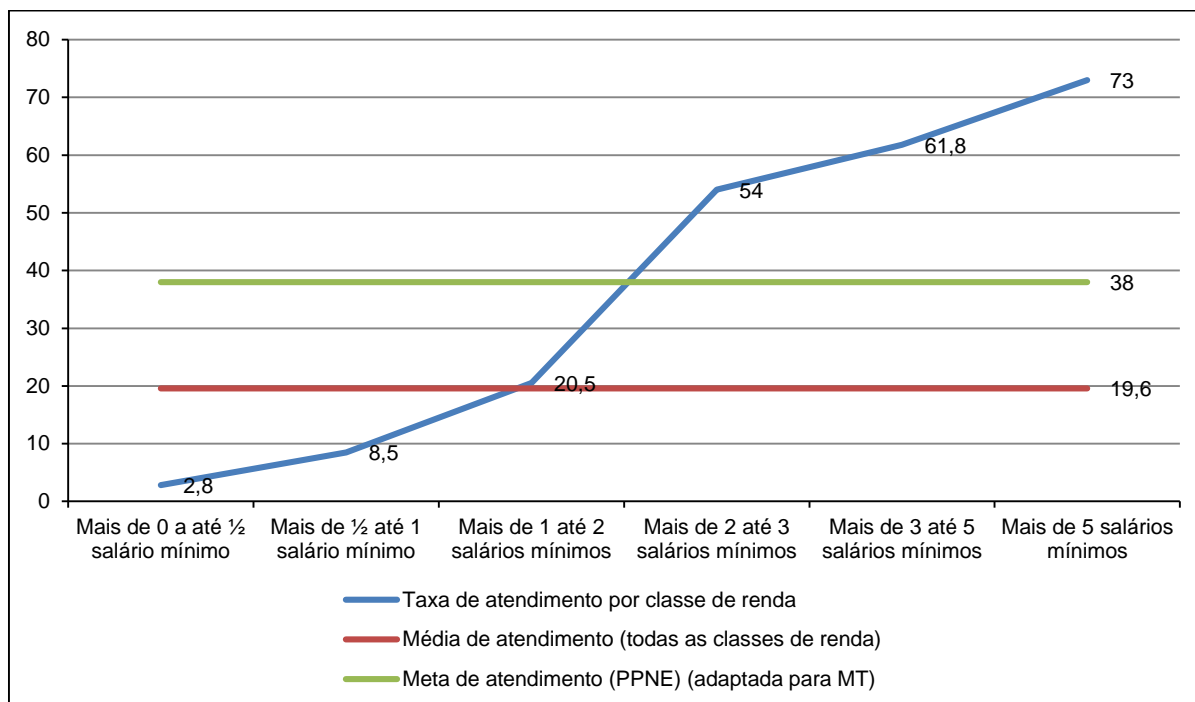


Fonte: elaboração própria, processando os microdados da Pnad. Excluída população sem rendimento ou sem declaração de rendimento.

Mas, acessar o ensino superior continua sendo um privilégio, em que pese os esforços recentes³ (ampliação de vagas públicas, Pro-Uni e financiamento estudantil). Segundo os dados da Pnad de Mato Grosso, entre os jovens de 18 a 24 anos com renda domiciliar *per capita* até 1/2 SM, a taxa de atendimento no ensino superior (incluindo os que estão freqüentando mais os que já concluíram) é de apenas 2,8%. Nas famílias com renda acima de 2 SM *per capita* o atendimento é de 60,7%, chegando a 73% entre os jovens de famílias com mais de 5 SM por pessoa. Na média, a taxa de atendimento no ensino superior em Mato Grosso está em 19,6% (figura 2), o que coloca o Estado entre os mais bem sucedidos nesse indicador. Deve-se admitir que, além do baixo índice de acesso, os mais pobres podem estar concentrados em carreiras menos prestigiadas e com menor chance de promover mudanças sociais mais significativas.

³ Em termos relativos, a chance de um jovem (18 a 24 anos) situado entre os 10% mais ricos freqüentar o ensino superior é 24 vezes maior do que a chance de um jovem entre os 20% mais pobres.

Figura 2 - Taxa de atendimento da população de 18 a 24 anos na educação superior, segundo o rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2008 (%).



Fonte: elaboração própria (tabulações dos microdados da Pnad/IBGE)

A reduzida taxa de conclusão da educação básica (além da baixa qualidade) é um fator limitante da democratização do acesso ao ensino superior. Em Mato Grosso, se todos os jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo fossem matriculados no ensino superior, a taxa de atendimento chegaria a, no máximo, 47,8% (tabela 1). Assim, em termos atuais, a meta proposta pelo PPNE (dobrar o acesso ao ensino superior no Brasil) equivaleria a atender a 80% da demanda potencial (pessoas com ensino médio completo) em Mato Grosso. Pode-se comprovar que os baixos índices de conclusão do ensino médio estão concentrados entre os mais pobres. Conforme dados da tabela 1, entre eles apenas 21,7% possuem o ensino médio completo. Em contraste, entre os jovens de famílias com renda familiar superior a 5 salários mínimos por pessoa esse índice é de 86,5%.

A figura 3 mostra que nas classes de maior renda a demanda potencial atendida é bastante elevada. Entre os jovens que possuem ensino médio completo pertencentes a famílias com renda acima de cinco salários mínimos por pessoa, 84,4% já são atendidos na educação superior. Entre os mais pobres, a taxa de atendimento é de apenas 12,8%.

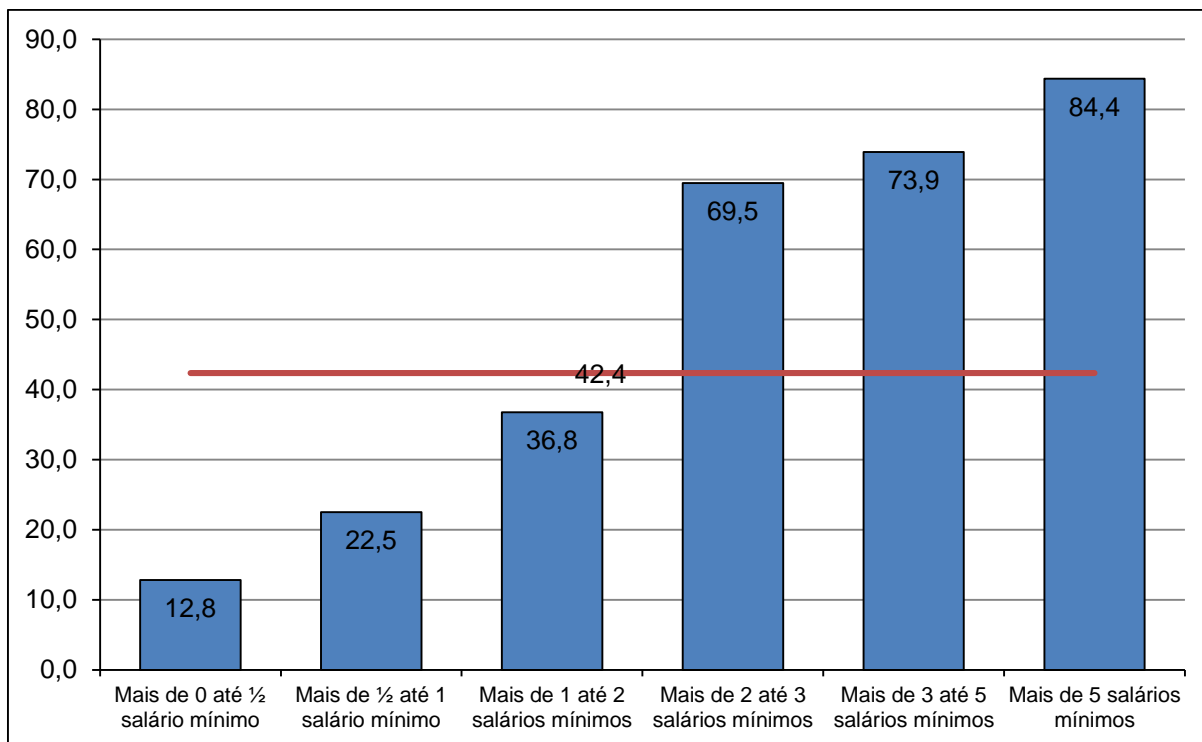
Tabela 1 - Jovens de 18 a 24 anos com ensino médio completo, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2008 (%)

Classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i>	Taxa de conclusão do ensino médio (Jovens de 18 a 24 anos)
Até ½ salário mínimo	21,7
Mais de ½ até 1 salário mínimo	37,6
Mais de 1 até 2 salários mínimos	55,8
Mais de 2 até 3 salários mínimos	77,6

Mais de 3 até 5 salários mínimos	83,6
Mais de 5 salários mínimos	86,5
Total (inclusive sem declaração de rendimento ou rendimento nulo)	47,8

Fonte: elaboração própria (tabulações dos microdados da Pnad/IBGE)

Figura 3 - Percentual Jovens de 18 a 24 atendidos no ensino superior em relação ao total de jovens de 18 a 24 anos que possuem o ensino médio completo, segundo as classes de rendimento domiciliar *per capita*: Mato Grosso, 2008.



Fonte: elaboração própria (tabulações dos microdados da Pnad/IBGE)

CONCLUSÃO

A educação superior reproduz o padrão de desigualdade vigente, em lugar de contribuir para a sua redução. Aliás, a situação econômica das famílias é determinante do sucesso até mesmo na escolarização básica. O primeiro desafio para uma verdadeira democratização do ensino superior está em garantir uma educação básica cujo acesso e qualidade não dependam da situação econômica das famílias. Com vimos, os jovens mais pobres possuem taxas de conclusão do ensino médio equivalentes a 45% do nível alcançado pela média da população. E é muito provável que, para eles, a qualidade do ensino também seja mais desfavorável. Outro desafio consiste em equalizar os meios de acesso e permanência no ensino superior, destacando-se as políticas de cotas, o financiamento estudantil, a expansão das vagas públicas e o fortalecimento da assistência estudantil (bolsas, moradia e alimentação).